

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISPENSA DE LICITAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO/PE, por intermédio da Prefeitura Municipal de São João/PE, torna público para conhecimento dos interessados que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, na hipótese do art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, objetivando a seleção da proposta mais vantajosa para a contratação do objeto descrito neste Aviso/Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente dispensa a Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção de um muro para ampliação do Cemitério Municipal São José, no Município de São João/PE, conforme condições, quantitativos e exigências estabelecidas neste Aviso/Edital, no Projeto Básico, nas especificações Técnicas, na Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, Composição de BDI, Programa Físico-Financeiro e demais anexos.

1.2. A contratação será realizada sob o regime de empreitada por preço global, sagrando-se vencedora a empresa que apresentar a proposta de menor preço global, desde que atenda integralmente às exigências deste instrumento.

2. DO VALOR ESTIMADO

2.1. O valor global estimado para a contratação é de R\$ 126.467,68 (cento e vinte e seis mil quatrocentos e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

2.2. Os preços de referência foram elaborados com base em planilha orçamentária e referência SINAPI-PE não desonerada 02/2026, conforme documentação técnica anexa.

3. DO PRAZO E DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

3.1. Os interessados deverão encaminhar a proposta de preços e os documentos de habilitação no período de:

Início: 23/04/2026

Término: 27/04/2026

Horário limite: até as 14h00

3.2. O envio deverá ocorrer exclusivamente pelo e-mail:

cpl.saojoape2026@gmail.com

3.3. No campo “assunto” do e-mail, deverá constar, preferencialmente:

PROPOSTA E HABILITAÇÃO

3.4. Serão consideradas tempestivas apenas as propostas e documentações recebidas até o horário final indicado no item 3.1.

3.5. Após o encerramento do prazo, não serão aceitos novos documentos, salvo diligência promovida pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta dispensa as empresas do ramo pertinente ao objeto, legalmente constituídas e que atendam às exigências deste Edital.



4.2. Não poderão participar:

- Empresa impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- Empresa declarada inidônea;
- Empresa suspensa temporariamente, conforme penalidade aplicada;
- Pessoa física ou jurídica enquadrada nas hipóteses do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- Empresa que não comprove ramo de atividade compatível com o objeto;
- Empresas que se encontrem em processo de falência, dissolução ou liquidação, ressalvada a hipótese legalmente admitida.

4.3. Será admitida a participação de empresas em consórcio, desde que observadas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicável.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, datada e assinada pelo representante da empresa, contendo, no mínimo:

razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail;

Descrição do objeto;

Valor global da proposta, em moeda corrente nacional, com no máximo 2 (duas) casas decimais;

- Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias;
- Declaração de que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, fretes, mobilização, desmobilização, BDI e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto;
- Prazo de execução dos serviços;
- Dados bancários da empresa.

5.2. A proposta deverá vir acompanhada, quando exigido pela Administração, de:

- Planilha orçamentária;
- Cronograma físico-financeiro;
- Composição de custos unitários;
- Composição de BDI.

5.3. Serão desclassificadas as propostas que:

- Não atendam às exigências deste Aviso/Edital;
- Apresentem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis;
- Contenham vícios insanáveis;
- Apresentem proposta incompleta ou com omissões que comprometam seu julgamento;
- Estejam em desacordo com o Projeto Básico e demais anexos.

5.4. Para fins de aferição da exequibilidade nas obras e serviços de engenharia, a Administração poderá adotar as disposições do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à necessidade de demonstração da viabilidade da proposta, quando cabível. O Projeto Básico prevê como parâmetro de inexequibilidade propostas com valores inferiores a 75% do orçamento estimado.

6. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.



6.2. Encerrado o prazo para recebimento das propostas, a Administração procederá à análise da conformidade das propostas apresentadas e selecionará a mais vantajosa, desde que compatível com o objeto e com o preço de mercado.

6.3. Havendo empate entre propostas, poderão ser adotados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, no que couber.

7. DA HABILITAÇÃO

A empresa classificada em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação:

7.1. Habilitação jurídica

- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
 - Documento de eleição de administradores, se cabível;
 - CPF e documento oficial dos sócios/administradores;
- ↳ caso de MEI, CCMEI.

Regularidade fiscal, social e trabalhista

- Comprovante de inscrição no CNPJ;
- Inscrição estadual e/ou municipal, se houver;
- Certidão de regularidade para com a Fazenda Federal;
- Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- Certificado de regularidade do FGTS;
- Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;
- Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

7.3. Qualificação econômico-financeira

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis, na forma da lei, quando exigíveis;
- Demais documentos pertinentes à comprovação da capacidade econômico-financeira, quando necessários.

7.4. Qualificação técnica

- Prova de registro ou inscrição da empresa e do responsável técnico no CREA ou CAU;
- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, por meio de atestado(s) de capacidade técnica, nos termos da legislação aplicável;
- Comprovação técnico-profissional do responsável técnico, quando exigível, com CAT/atestado compatível;
- Declaração de conhecimento das condições locais de execução;
- Demais documentos técnicos previstos no Projeto Básico.

8. DA VISTORIA TÉCNICA

8.1. A vistoria ao local da obra será facultativa, podendo a interessada realizá-la previamente à apresentação da proposta, a fim de tomar conhecimento das condições locais de execução.

8.2. O agendamento poderá ser realizado pelos telefones (87) 3784-1146 / 1258 ou pelo e-mail cpl.saojoape2026@gmail.com, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 14h00.



8.3. Caso a empresa opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal de pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes ao objeto, não podendo alegar posteriormente desconhecimento para eximir-se de suas obrigações.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação total do objeto, permanecendo a execução sob responsabilidade integral da contratada, ressalvadas hipóteses acessórias compatíveis com a natureza da obra e desde que previamente autorizadas pela Administração, na forma do Projeto Básico.

10. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

10.1. O prazo de execução da obra será de 03 (três) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Executar os serviços de acordo com o Projeto Básico, Especificações Técnicas, Planilha amentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais anexos.
2. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
3. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais ônus decorrentes da execução do objeto.

11.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas.

11.5. Designar responsável técnico pela execução dos serviços, quando exigível.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Receber, analisar e julgar a documentação e as propostas encaminhadas.

12.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto.

12.3. Efetuar os pagamentos devidos, após a regular liquidação da despesa.

12.4. Emitir Ordem de Serviço e prestar as informações necessárias à execução contratual.

13. DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, a quem competirá verificar o fiel cumprimento das condições contratuais, podendo rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com este instrumento e seus anexos.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado conforme medições realizadas e devidamente atestadas pela fiscalização, em prazo a ser definido no contrato, mediante apresentação de nota fiscal e comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

14.2. Somente serão pagos os serviços efetivamente executados e aceitos pela Administração.

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou contratado que cometer as infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções do art. 156 da referida lei, observados o contraditório e a ampla defesa.

15.2. Poderão ser aplicadas, conforme o caso:

a) advertência;

PREFEITURA DE SÃO JOÃO

Palácio Municipal João de Assis Moreno

Rua Augusto Peixoto, 31, Centro - São João/PE - CEP: 55.435-000

Telefone (87) 3784-1146 ou (87) 3784-1258 | CNPJ: 10.146.371/0001-30



- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16. DA CONTRATAÇÃO

16.1. Encerrado o julgamento e verificada a regularidade documental, a empresa vencedora será convocada para assinatura do instrumento contratual ou documento equivalente, no prazo fixado pela Administração.

16.2. A recusa injustificada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente ensejará a aplicação das sanções cabíveis.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no orçamento vigente, a ser indicada no processo administrativo e no instrumento contratual.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram este Aviso/Edital, para todos os fins:

- Projeto Básico;
- Especificações Técnicas;
- c) Planilha Orçamentária;
- d) Memória de Cálculo;
- e) Composição de BDI;
- f) Cronograma Físico-Financeiro;
- g) Minuta de Contrato;
- h) Modelos de declarações;
- i) Modelo de proposta de preços.

18.2. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021 e nos princípios aplicáveis à Administração Pública.

18.3. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste procedimento, fica eleito o foro da Comarca de São João/PE, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São João/PE, 23 de abril de 2026.

Luiz Gustavo Nunes Cabral
Secretário de Administração



ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO/PE

DISPENSA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Construção de Muro para Ampliação do Cemitério Municipal São José no Município de São João/PE.

EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

Apresentamos nossa proposta para execução do objeto acima descrito, pelo valor global de:

_____ (_____)

zo de validade da proposta: ____ dias.

zo de execução: ____ meses.

Declaramos que no valor proposto estão incluídos todos os custos, tributos, encargos e despesas necessários à perfeita execução do objeto.

Local e data.

Assinatura do representante legal



ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS

Declaro, para os devidos fins, que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços objeto da Dispensa, assumindo total responsabilidade por esse fato e não utilizando tal circunstância para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras.



Local e data.

Assinatura do representante legal



ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII, DA CF

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara, para os devidos fins, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Local e data.

Assinatura do representante legal



ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara, para os devidos fins, que não está incurso em quaisquer das hipóteses de impedimento previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, nem se encontra suspensa, impedida ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Local e data.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO/PE



**CONSTRUÇÃO DE UM MURO PARA AMPLIAÇÃO DO
CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO JOSÉ NO MUNICÍPIO DE SÃO
JOÃO - PE.**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

**SÃO JOÃO-PE
ABRIL/2026**



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1 FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS

Para o levantamento dos índices de produtividade foram considerados os operários envolvidos com a instalação da placa de obra; Para esta composição, foi considerada para o insumo da placa de obra, uma largura de 2,0 m, e comprimento de 3,0 m; Foi considerada que a placa de obra tem, aproximadamente, 6,0 m² de área; Para esta composição foi considerada a fixação com pregos da placa diretamente na estrutura suporte, seja ela um tapume ou cavalete de madeira (a estrutura suporte não está contemplada na composição).

Para execução do serviço é feita a fabricação de moldura de madeira composta por sarrafos em todo perímetro da placa, incluindo um sarrafo fixado no meio dela, a fim de se obter maior rigidez do conjunto; Posteriormente este quadro de madeira é tratado com pintura imunizante para madeira, e pregado na placa com pregos; Em seguida, a placa é fixada na estrutura suporte da obra com pregos.

Para quantificação dos serviços é utilizada a área da placa de obra, em m².

2. MOVIMENTAÇÃO DE TERRA

2.1 ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024

Para o levantamento dos índices de produtividade, foram considerados os operários envolvidos na execução da escavação manual de valas. A escavação será realizada manualmente, em solo de 1ª categoria, com o uso de ferramentas apropriadas, respeitando as dimensões definidas em projeto quanto à largura e profundidade.

Durante a execução, deverá ser garantido o nivelamento e a limpeza do fundo da vala, bem como a adequada disposição do material escavado. Serviços de escoramento, reaterro e transporte de material não estão contemplados nesta composição, salvo indicação em projeto.

Para quantificação dos serviços, será considerado o volume escavado, expresso em metros cúbicos (m³).

2.2 REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE. AF_10/2017

Para o levantamento dos índices de produtividade, foram considerados os operários



envolvidos na execução do reaterro manual. O serviço consiste no preenchimento das valas com material proveniente da escavação ou material selecionado, em camadas sucessivas, com compactação manual por meio de soquete.

Durante a execução, deverá ser garantida a adequada compactação do solo, de forma a evitar recalques futuros.

Para quantificação dos serviços, será considerado o volume de reaterro executado, expresso em metros cúbicos (m³).

3. INFRAESTRUTURA

3.1 LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024

Para o levantamento dos índices de produtividade, foram considerados os operários envolvidos na execução do lastro de concreto magro. O serviço consiste na aplicação de camada de concreto magro, com espessura de 5 cm, sobre o fundo previamente regularizado da escavação, destinada à base de blocos de coroamento ou sapatas.

Durante a execução, deverá ser garantido o nivelamento e a uniformidade da camada, proporcionando superfície adequada para a concretagem dos elementos estruturais.

Para quantificação dos serviços, será considerada a área executada, expressa em metros quadrados (m²).

3.2 ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 19X19X29 CM (ESPESSURA 19 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021

Na composição dos índices de produtividade, foram considerados os trabalhadores responsáveis pela execução da alvenaria de vedação. O serviço compreende a elevação de paredes por meio do assentamento de blocos cerâmicos vazados, posicionados na horizontal, com dimensões de 19x19x29 cm, empregando argamassa de assentamento preparada manualmente.

Durante a execução, devem ser asseguradas as condições adequadas de prumo, alinhamento, nivelamento e correta amarração das fiadas, de modo a garantir o desempenho e a estabilidade do elemento construído.

A medição será realizada com base na área efetivamente executada, expressa em metros quadrados (m²).

3.3 MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E



ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 18 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020

Para a composição dos índices de produtividade, foram considerados os trabalhadores envolvidos nas atividades de montagem e desmontagem das fôrmas. O serviço compreende a execução de fôrmas para pilares de seção retangular e elementos similares, com pé-direito simples, utilizando chapas de madeira compensada plastificada, prevendo até 18 reutilizações.

Durante a execução, devem ser asseguradas a correta fixação, alinhamento, prumo e estanqueidade das fôrmas, de modo a garantir o adequado acabamento e dimensões dos elementos estruturais.

A medição será realizada com base na área de fôrma executada, expressa em metros quadrados (m²).

3.4 ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8.0 MM - MONTAGEM. AF_01/2024

Na apuração dos índices de produtividade, foram considerados os profissionais envolvidos na execução da armadura. O serviço consiste no corte, dobra e montagem das armaduras em aço CA-50 com diâmetro de 8,0 mm, destinadas a sapatas isoladas, vigas baldrame e sapatas corridas, conforme especificações de projeto estrutural.

Durante a execução, devem ser respeitados o correto posicionamento, espaçamento, cobertura e amarração das barras, garantindo o desempenho estrutural dos elementos.

A medição será realizada com base no peso de aço efetivamente montado, expresso em quilogramas (kg).

3.5 CONCRETAGEM DE SAPATAS, PILARES E VIGAS, FCK = 25 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS

Para definição dos índices de produtividade, foram considerados os operários envolvidos nas etapas de concretagem. O serviço abrange o lançamento de concreto com resistência característica de 25 MPa, por meio de bomba, incluindo adensamento mecânico e acabamento superficial, aplicado em sapatas, pilares e vigas.

Durante a execução, devem ser observados os procedimentos adequados de lançamento, vibração e cura inicial, assegurando a qualidade e integridade dos elementos estruturais.

A medição será efetuada conforme o volume de concreto aplicado, expresso em metros cúbicos (m³).

4. SUPERESTRUTURA

4.1 MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E



ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 18 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020

Para a definição dos índices de produtividade, foram considerados os profissionais atuantes nas etapas de execução das fôrmas. O serviço contempla a montagem, ajuste e posterior retirada de fôrmas destinadas à moldagem de pilares e elementos verticais similares, utilizando chapas de madeira compensada plastificada, com reaproveitamento previsto de até 18 vezes.

Durante os trabalhos, devem ser asseguradas a rigidez, vedação e correta geometria das fôrmas, garantindo o padrão dimensional e acabamento do concreto.

A quantificação será realizada com base na área de fôrma utilizada, expressa em metros quadrados (m²).

4.2 FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024

Na composição dos índices de produtividade, foram considerados os trabalhadores envolvidos na confecção e instalação das fôrmas. O serviço envolve a fabricação, montagem e desmontagem de fôrmas em madeira serrada com espessura de 25 mm, destinadas à execução de vigas baldrame, com previsão de até 4 reutilizações.

Durante a execução, devem ser observados o travamento adequado, alinhamento e estanqueidade, assegurando a integridade da peça concretada.

A medição será efetuada conforme a área de fôrma aplicada, em metros quadrados (m²).

4.3 ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022

Para o cálculo da produtividade, foram considerados os profissionais responsáveis pela execução das armaduras. O serviço consiste na montagem de armaduras em aço CA-60 com diâmetro de 5,0 mm, destinadas a pilares ou vigas, incluindo corte, dobra e amarração das barras conforme projeto estrutural.

Durante a execução, devem ser atendidos os requisitos de posicionamento, espaçamento e fixação das armaduras.

A quantificação será feita com base no peso do aço montado, em quilogramas (kg).

4.4 ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022

Na elaboração dos índices de produtividade, foram considerados os operários envolvidos na montagem das armaduras. O serviço abrange o preparo e a instalação de armaduras em aço CA-50 com diâmetro de 8,0 mm, aplicadas em pilares e vigas de concreto armado.



Durante os serviços, devem ser garantidos o correto cobrimento, alinhamento e amarração das barras.

A medição será realizada conforme o peso de aço executado, expresso em quilogramas (kg).

4.5 ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022

Para fins de produtividade, foram considerados os profissionais envolvidos na execução das armaduras estruturais. O serviço compreende a montagem de armaduras em aço CA-50 com diâmetro de 10,0 mm, incluindo corte, dobra e posicionamento conforme especificações do projeto.

Durante a execução, devem ser assegurados os critérios de espaçamento, fixação e cobrimento das armaduras.

A quantificação será feita com base no peso total de aço aplicado, em quilogramas (kg).

4.6 CONCRETAGEM DE SAPATAS, PILARES E VIGAS, FCK = 25 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS

Para a composição dos índices de produtividade, foram considerados os profissionais envolvidos nas operações de concretagem. O serviço compreende o lançamento de concreto com resistência característica de 25 MPa por meio de bombeamento, incluindo adensamento mecânico e acabamento das superfícies, aplicado em elementos estruturais como sapatas, pilares e vigas.

Durante a execução, devem ser observados os procedimentos adequados de lançamento, vibração e início de cura, assegurando a qualidade do concreto.

A medição será realizada conforme o volume de concreto executado, expresso em metros cúbicos (m³).

4.7 ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021

Para o levantamento dos índices de produtividade foram considerados os oficiais e os serventes que auxiliavam diretamente nas proximidades do local de execução; Não são considerados nessa composição os esforços de execução de fixação da alvenaria (encunhamento); O esforço de preparo da argamassa está contemplado nas composições auxiliares; O consumo dos blocos considera as perdas por entulho durante a execução da alvenaria e no transporte do material, que totalizaram uma perda de 8,8%; Considerou-se somente perda incorporada para argamassa para o preenchimento das juntas. A perda por entulho foi considerada nula; Considerou-se que, em média, uma lateral da parede recebe



telas de amarração da alvenaria, aplicando-se a cada duas fiadas, e para o cálculo do consumo, considerou-se uma perda de 5%; Considerou-se que os pontos que necessitam de fixação com tela são os encontros com pilares e encontro seco com a alvenaria. A fixação das telas metálicas na estrutura é feita por pinos de aço zincado, sendo somente um pino para blocos de espessura 9cm e dois pinos para blocos de espessura maior que 9 cm, porém a amarração de uma parede e outra de alvenaria por meio telas dispensa o uso dos pinos; A composição é válida para alvenaria de vedação de até 3,00m de altura, tanto para casas quanto para edifícios de múltiplos pavimentos; O esforço para colocação de escadas ou montagem das plataformas de trabalho e guarda-corpos está contemplado na composição. Posicionar os dispositivos de amarração da alvenaria (tela metálica eletrossoldada) de acordo com as especificações do projeto e fixá-las com finca-pino; Demarcar a alvenaria - materialização dos eixos de referência, demarcação das faces das paredes a partir dos eixos ortogonais, posicionamento dos escantilhões para demarcação vertical das fiadas, execução da primeira fiada; Elevação da alvenaria - assentamento dos blocos com a utilização de argamassa aplicada com palheta ou bisnaga, formando-se dois cordões contínuos; Execução de vergas e contravergas concomitante com a elevação da alvenaria. Utilizar a área (em m²) líquida das paredes de alvenaria de vedação, incluindo a primeira fiada. Todos os vãos (portas e janelas) deverão ser descontados, como critério de medição.

5. REVESTIMENTO

5.1 CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022

Foram consideradas as perdas incorporadas e por entulho na aplicação; Foi considerado o acesso à fachada com balancim a tração manual ou andaime, sendo possível o uso dos mesmos coeficientes para ambas as situações. No caso de uso de balancim elétrico, deve ser subtraída dos coeficientes do pedreiro e servente uma porcentagem de 5%; Os esforços de limpeza da base, umedecimento e colocação de escadas ou montagem das plataformas de trabalho e guarda-corpos está contemplado na composição.

Antes de começar a aplicação, a superfície da base deve estar limpa (livre de irregularidades, incrustações metálicas, poeira, graxas ou óleos); Umedecer a base para evitar ressecamento da argamassa; Com a argamassa preparada conforme especificado pelo projetista, aplicar com colher de pedreiro vigorosamente, formando uma camada uniforme



de espessura de 3 a 5 mm.

Para medição, utilizar a área total (em m²) de alvenaria (sem presença de vãos) e estruturas de concreto de fachada onde será executado o chapisco.

5.2 EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF_03/2024

Na definição dos índices de produtividade, foram considerados os profissionais envolvidos na aplicação do revestimento. O serviço abrange a execução de emboço em paredes internas, utilizando argamassa no traço 1:2:8, com preparo mecânico, aplicada manualmente em superfícies com área superior a 10 m², com espessura média de 10 mm e utilização de taliscas para controle de prumo e planeza.

Durante a aplicação, devem ser garantidas condições adequadas de aderência, regularidade e acabamento da superfície, assegurando base apropriada para o revestimento final.

A medição será efetuada conforme a área revestida, expressa em metros quadrados (m²).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO/PE



**CONSTRUÇÃO DE UM MURO PARA AMPLIAÇÃO DO
CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO JOSÉ NO MUNICÍPIO DE SÃO
JOÃO - PE.**

PROJETO BÁSICO

SÃO JOÃO-PE

ABRIL/2026



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	3
2	DOS DOCUMENTOS ANEXOS A ESTE PROJETO BÁSICO	3
3	DO OBJETO.....	3
4	DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	4
5	DA MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO	6
6	DO PRAZO MÍNIMO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	6
7	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO.....	6
8	DA GARANTIA DA PROPOSTA.....	7
9	DA VISTORIA.....	7
10	DA SUBCONTRATAÇÃO	8
11	DO CONSÓRCIO.....	9
12	DA HABILITAÇÃO JURÍDICA	9
13	DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL	10
14	DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA	12
15	DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	12
16	DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	13
17	DO VALOR DOS SERVIÇOS	13
18	DA MATRIZ DE RISCOS.....	14
19	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	16
20	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.....	19
21	DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.....	22
22	DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS	22
23	DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DA OBRA.....	23
24	DO RECEBIMENTO DA OBRA	24
25	DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	25
26	DA RESCISÃO CONTRATUAL	25
27	DA LICENÇA AMBIENTAL	25
28	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	26



1 INTRODUÇÃO

Este documento foi elaborado à luz da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e do Decreto Municipal 049/2023 (Regulamenta dispositivos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que delibera sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Poder Executivo Municipal e Órgãos da Administração Indireta deste Município), como peça integrante e indissociável do procedimento licitatório a ser realizado, com vistas a viabilizar a contratação de empresas aptas a execução de obras no município de São João/PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

O objeto deste processo licitatório tem a natureza de obra, já que se trata de atividade estabelecida, por força de lei, das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel, nos termos previstos no inciso XII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

2 DOS DOCUMENTOS ANEXOS A ESTE PROJETO BÁSICO

- Planilha Orçamentária;
- Memória de Cálculo;
- Composição de BDI (Bonificação de Despesas Indiretas);
- Cronograma Físico-Financeiro;
- Especificações Técnicas;
- Projetos Executivos.

3 DO OBJETO

O objeto do presente *Projeto Básico* é a **CONSTRUÇÃO DE UM MURO PARA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO JOSÉ NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO - PE**, de acordo com as



condições e especificações contidas no mesmo e nos demais elementos integrantes do instrumento convocatório.

4 DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS

A gestão municipal vem promovendo, ao longo dos últimos 5 (cinco) anos, ações contínuas de requalificação, ampliação e construção de equipamentos públicos, proporcionando melhorias significativas à população em diversas áreas, tais como saúde, educação, infraestrutura, segurança pública, desenvolvimento econômico, cultura, lazer e assistência social.

Nesse contexto, e no intuito de dar continuidade a essas melhorias, o Município de São João - PE decidiu avançar nas ações de infraestrutura urbana e ordenamento do espaço público, planejando a construção de um muro para ampliação do Cemitério Municipal São José, no valor de R\$ 126.467,68 (cento e vinte e seis mil quatrocentos e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos), como medida necessária à melhoria da organização, segurança e adequação do referido equipamento público.

Dessa forma, tendo o objeto e o valor devidamente definidos, a Administração Municipal identificou a necessidade de execução da referida obra, com o objetivo de atender à demanda existente por ampliação da área destinada a sepultamentos, bem como promover o adequado ordenamento do espaço, garantindo melhores condições de uso, segurança e gestão do cemitério pela população local.

Atualmente, observa-se a insuficiência da área existente, associada à ausência de delimitação adequada e de elementos de segurança, o que contribui para a desorganização do espaço, dificulta sua manutenção e compromete a adequada utilização do equipamento público. Tal cenário evidencia a necessidade de intervenção por meio de obra de infraestrutura que assegure melhores condições operacionais e funcionais.

A construção do muro para ampliação do cemitério configura-se, portanto, como uma medida estratégica de interesse público, voltada à melhoria da infraestrutura urbana, ao ordenamento territorial e à garantia de condições dignas e adequadas para sepultamento. A intervenção permitirá a correta delimitação da área ampliada, contribuindo para a organização interna do espaço, a segurança patrimonial, a prevenção de invasões e o respeito às normas sanitárias e urbanísticas vigentes.



Além disso, a implantação da estrutura proporcionará maior eficiência na gestão e manutenção do equipamento público, assegurando melhores condições de conservação e uso contínuo pela comunidade. A iniciativa encontra-se alinhada aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, do interesse público e da adequada prestação dos serviços públicos essenciais, bem como às diretrizes de planejamento urbano e uso do solo.

No âmbito da gestão pública municipal, destacam-se como partes interessadas o poder público, a comunidade local e os usuários do equipamento, os quais serão diretamente beneficiados com a melhoria da infraestrutura existente. Nesse sentido, a execução da obra trará benefícios relevantes, tais como:

- Organização e melhor ordenamento do espaço físico;
- Aumento da segurança patrimonial e redução de atos de vandalismo;
- Melhoria das condições sanitárias e operacionais;
- Preservação e valorização do espaço público;
- Facilidade na gestão e manutenção do equipamento;
- Atendimento à demanda crescente por sepultamentos;
- Adequação às normas urbanísticas e de uso do solo;
- Redução de ocupações irregulares e conflitos de uso;
- Melhoria na prestação dos serviços públicos à população.

Em síntese, a construção do muro para ampliação do Cemitério Municipal São José constitui uma intervenção necessária e de relevante interesse público, promovendo melhorias estruturais, organizacionais e funcionais, além de assegurar o atendimento adequado às demandas da população.

Diante do exposto, e considerando que o município não dispõe de estrutura e mão de obra suficientes para a execução direta dos serviços, justifica-se plenamente a necessidade de contratação de empresa especializada, mediante processo licitatório, garantindo a adequada execução da obra, a qualidade técnica dos serviços e a observância da legislação vigente.



5 DA MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO

A modalidade de licitação será CONCORRÊNCIA, com critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO e execução indireta através do regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

6 DO PRAZO MÍNIMO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Contados a partir da data de divulgação do edital da licitação, o prazo mínimo para apresentação das propostas será de 10 (dez) dias úteis, em conformidade com o inciso II, alínea a, do art. 55 da Lei Nº 14.133/2021.

7 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

- 7.1 Será vencedora da licitação desde Projeto Básico, a empresa que ofertar o menor preço global, desde que, atenda todas as especificações definidas neste instrumento e seus anexos;
- 7.2 Apresentar Planilha Orçamentária agrupada por etapas de serviços, contendo N° do item, descrição do serviço, quantidade (obrigatoriamente igual à planilha da Administração), preço unitário, preço total, conforme Planilha Orçamentária da Administração;
- 7.3 Apresentar planilha com todas as Composição de Custos Unitários necessários a compor os serviços presentes na Planilha Orçamentária da Administração;
- 7.4 Apresentar Cronograma físico-financeiro, baseado no prazo máximo estipulado pela Administração e seus desembolsos mensais;
- 7.5 Apresentar Composição de BDI, com a indicação percentual incidente sobre o custo dos serviços e percentual de ISS compatível com o do município;
- 7.6 Em conformidade com o art. 59 da Lei nº 14.133/2021, serão desclassificadas as propostas que apresentarem: vícios insanáveis, preços inexequíveis, valores maiores que os estimados pela Administração, não tiverem sua exequibilidade demonstrada (quando exigido pela Administração) e que estejam em desconformidade com quaisquer exigências do edital (desde que insanável);



7.7 Serão consideradas PROPOSTAS INEXEQUÍVEIS, aquelas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, de acordo com o § 4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021;

7.8 Conforme § 5º do Art. 59 da Lei nº 14.133/2021, nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida GARANTIA ADICIONAL do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a referida Lei;

7.9 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, devem ser utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Nº 14.133/2021 e demais instrumentos convocatórios.

8 DA GARANTIA DA PROPOSTA

8.1 Como requisito para pré-habilitação, deverá ser apresentado o comprovante de recolhimento da quantia a título de garantia da proposta, sendo este 1% do valor estimado da contratação;

8.2 A garantia da proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação;

8.3 Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;

8.4 A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

9 DA VISTORIA

9.1 As empresas licitantes poderão avaliar as condições físicas da obra, sanando todas as dúvidas e demais questionamentos sobre os quantitativos no local, ANTES DE FORNECER A PROPOSTA, dentro do prazo estabelecido para apresentação das mesmas;



- 9.2 Competirá a cada interessado fazer a visita técnica, podendo ser representado e/ou acompanhado de técnicos e especialistas que possuem conhecimento técnico para colher as informações necessárias à elaboração de sua proposta;
- 9.3 A realização da vistoria deve ser previamente agendada através dos telefones: (87) 3784-1146/1258 ou através do E-mail: pmsjadm1@gmail.com podendo ser realizada de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 14:00 horas, sendo acompanhado de corpo técnico da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos para visita ao local da obra;
- 9.4 O Atestado de Visita será emitido e firmado por servidor da Secretaria demandante, especialmente designado;
- 9.5 É necessário que o LICITANTE realize análise da extensão dos serviços, as dificuldades, os detalhes construtivos para a perfeita execução, comparando-os com os previstos na planilha orçamentária e nos projetos executivos. Os aspectos que as LICITANTES julgarem duvidosos, dando margem à dupla interpretação, ou omissos nas peças gráficas e nestas especificações, deverão ser apresentados e elucidados ANTES DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS;
- 9.6 Caso a LICITANTE não queira realizar a visita, deverá apresentar, em substituição ao comprovante de vistoria, declaração formal assinada pelo responsável técnico/representante legal da empresa (preferencialmente), de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza e do escopo dos serviços, bem como das exigências ambientais, assumindo total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o município de São João/PE;
- 9.7 Não será admitida qualquer alegação de desconhecimento total ou parcial dos serviços após a licitação;
- 9.8 Qualquer vício que venha a ser identificado pela LICITANTE neste Projeto Básico e em seus Anexos ou Edital, devem ser questionados para devida correção.

10 DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1 Não será admitida a subcontratação, sendo a execução do objeto de única, exclusiva e integral responsabilidade da empresa vencedora da licitação;



10.2 Não caracteriza a subcontratação de serviços a instalação, aplicação ou montagem de materiais, equipamentos ou aparelhos cuja aquisição pressuponha a execução dos trabalhos pelo fornecedor (a exemplo de vidros, marcenaria, serralharia, entre outros).

11 DO CONSÓRCIO

Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei Nº 14.133/2021.

12 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

Devem ser apresentados os documentos relacionados abaixo, visando demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, limitando-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada:

- 12.1 Cédula de Identidade e CPF dos Sócios e/ou proprietários;
- 12.2 Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 12.3 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 12.4 Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 12.5 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada- EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



12.6 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.7 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

13 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL

Para comprovação da qualificação técnico-operacional e técnico-profissional, as empresas licitantes deverão apresentar os seguintes documentos, previstos no art. 67 da Lei Nº 14.133/2021:

TÉCNICO-OPERACIONAL:

13.1 Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia - CREA ou no Conselho de Arquitetos e Urbanistas do Brasil - CAU da região onde está situada a sua sede, relativa à licitante e ao seu responsável técnico;

13.2 Deverá ser comprovada por meio de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente e/ou fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprovem a prévia execução de obras/serviços de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, especificando necessariamente o tipo e o quantitativo dos serviços realizados;

13.3 As quantidades mínimas exigidas são de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto licitado, em concordância com o § 2º do art. 67, da Lei Nº 14.133/2021;

13.4 A exigência dos referidos atestados então restritos às parcelas de maior relevância OU valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, conforme § 1º do art. 67 da Lei Nº 14.133/2021;



13.5 Deverá ser apresentada a declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

13.6 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

TÉCNICO-PROFISSIONAL:

13.7 Apresentação de profissional, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetos e Urbanistas do Brasil (CAU), detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), suficientes para a comprovação do acompanhamento e/ou execução de serviços com características semelhantes, compatíveis com o objeto desta licitação e com o conselho profissional de origem. Os atestados devem conter, no mínimo, as informações do objeto do contrato, nome do(s) profissional(is) responsável(is) pela(s) obra/serviços, quantificação principal, local, data de emissão do atestado, período de execução, além do nome e assinatura do signatário;

13.8 Os profissionais indicados pelo licitante no Item 13.7 deste Projeto Básico, deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;

13.9 Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante em seu próprio nome, nem nenhum outro que não tenha se originado de contratação;

13.10 Os atestados devem conter, explicitamente, todos os dados necessários à comprovação dos serviços e quantitativos executados;



13.11 Deverá ser apresentada a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do profissional técnico apresentado no Item 13.7 deste Projeto Básico, conforme § 8º do art. 67, da Lei Nº 14.133/2021;

13.12 Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei Nº 14.133/2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

14 DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

14.1 As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

14.1.1 Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

14.1.2 Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

14.1.3 Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

14.1.4 Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

14.1.5 Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

14.1.6 Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

14.2 Os documentos referidos no Item 14.1 poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico;

14.3 As exigências contidas estão de acordo com o art. 68 da Lei Nº 14.133/2021.

15 DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



Deverá ser apresentado as seguintes documentações para demonstração da aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, de acordo com o art. 69 da Lei Nº 14.133/2021:

- 15.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, limitando-se ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 15.2 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 15.3 Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados;
- 15.4 Deverá ser apresentado capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

16 DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo máximo para a execução dos serviços, objeto deste Projeto Básico, será de 3 (três) meses, conforme Cronograma Físico-Financeiro apresentado, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado a critério da administração pública.

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado.

17 DO VALOR DOS SERVIÇOS

- 17.1 O valor global previsto para execução dos serviços, objeto deste Projeto Básico, estão orçados em R\$ 126.467,68 (cento e vinte e seis mil quatrocentos e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos);



17.2 Os preços que compõem o orçamento estimado da contratação, seguem as diretrizes do art. 23, § 2º, da Lei Nº 14.133/2021, conforme justificativa anexa a este Projeto Básico;

17.3 Os orçamentos foram baseados em quantitativos levantados constantes nos projetos executivos e com os preços do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), que é a tabela de referência pública nacional para orçamentos de obras em geral, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil;

17.4 O valor total está de acordo com a Planilha Orçamentária anexa a este documento;

17.5 Foi utilizada a seguinte tabela de referência com a respectiva data-base:
SINAPI-PE NÃO DESONERADA 02/2026.

18 DA MATRIZ DE RISCOS

De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, a obrigatoriedade da cláusula de Matriz de Riscos é imputada apenas para obras e serviços de engenharia de grande vulto ou quando forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada. Porém, sua previsão é recomendada para toda e qualquer contratação pública.

Sendo assim, seguem relacionados os possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico- financeiro. As empresas participantes devem atentar-se aos riscos e adequar suas propostas baseando-se na possibilidade de materialização.

EVENTOS SUPERVENIENTES À ASSINATURA DO CONTRATO			
RISCO	DANO	AÇÃO DE CONTIGENCIA	ALOCAÇÃO
Danos causados pela Contratada, por seus empregados, terceirizados ou empresas subcontratadas, decorrentes da execução da obra.	Resultam em retrabalho para adequação ao projeto licitado, atraso no cronograma da obra, entre outros.	A administração pública irá notificar a contratada a refazer os serviços executados, adequando ao projeto executivo licitado. Em caso de danos insanáveis, irá proceder com a rescisão unilateral e responsabilização.	Empresa contratada.



Após a assinatura do contrato, a contratante alegar que o preço não paga a realização de determinados itens de serviço.	Não atendimento a necessidade pública.	A administração pública irá notificar a contratada a cumprir com a realização do contrato. Em caso de descumprimento, irá proceder com a rescisão unilateral e responsabilização.	Empresa contratada.
Roubo, furto ou vandalismo na obra.	Prejuízos causados por roubos, furtos, perecimento, vandalismos, extravios ou perdas no local da obra, canteiro de obras, frentes de serviço ou equipamentos, por omissão da contratada em adotar medidas usualmente empregadas para promover a segurança da área, até a entrega oficial do objeto contratado.	A contratada deve arcar com todos os prejuízos ocorridos devido a falha de segurança.	Empresa contratada.
Interferências de concessionária de serviço público na execução das obrigações da contratada, por razões a ela não imputáveis.	Resultam em retrabalho, atraso no cronograma da obra, entre outros.	Caso não tenham sido previamente identificadas nas informações disponibilizadas à contratada nos documentos licitatórios, a administração pública deve arcar com todas as consequências, inclusive ônus, custos e prazos.	Administração Pública.
Desgaste precoce nos materiais empregados e/ou má execução pela contratada na execução da obra.	Baixa qualidade e durabilidade, não atendimento a necessidade pública, retrabalho, atraso no cronograma, entre outros.	Substituição dos materiais empregados por materiais de qualidade; refazer os serviços em que foram utilizados materiais de baixa qualidade.	Empresa contratada.
Baixa qualidade na execução dos serviços contratados.	Serviços de baixa qualidade que não atendam ao esperado pela administração pública, que resultem em retrabalho e alteração do cronograma da obra.	Notificar a contratada a refazer o serviço executado, adequando ao padrão de qualidade necessária.	Empresa contratada.
Atraso no início das obras.	Atraso do cronograma da obra.	Notificar a empresa contratada para início das obras.	Empresa contratada.
Modificar os projetos executivos sem consultar o projetista.	Resultam em retrabalho para adequação ao projeto licitado e atraso no cronograma da obra.	Notificar a contratada a refazer o serviço executado, adequando ao projeto executivo licitado.	Empresa contratada.
Execução de serviços adicionais sem consulta ao fiscal da obra e a fiscalização do contrato.	Resultam em retrabalho para adequação; aditivo sem amparo contratual.	Notificar a contratada a refazer o serviço executado, adequando ao projeto executivo licitado.	Empresa contratada.
Descumprimento do cronograma físico- financeiro.	Falha na execução do contrato; alteração do prazo de entrega da obra; não atendimento das necessidades do município.	Se não justificado, rescindir unilateralmente o contrato e aplicar as penalidades administrativas cabíveis. Em situação justificada, o contrato deve ser automaticamente prorrogado se o objeto não estiver concluído.	Empresa contratada.
Contratação de empresa que possui baixa produtividade de seus colaboradores durante a execução do	Atendimento precário ou não atendimento às necessidades da obra; atraso na execução do	Diálogo entre as partes, podendo resultar em rescisão unilateral e abertura de responsabilização.	Empresa contratada.



contrato.	contrato.		
Descontinuidade ou abandono da execução da obra.	Não atendimento a demanda do município.	Verificar a motivação dos atos e proceder com a rescisão unilateral e abertura de responsabilização.	Empresa contratada.
Atraso no pagamento da contratada.	Falta de controle do fiscal de contrato ocasionando atrasos no pagamento da contratada.	Definir os prazos de recebimento da nota, liquidação e pagamento.	Administração Pública.

19 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA terá, dentre outras cláusulas previstas nos instrumentos legais, as seguintes obrigações:

- 19.1 Executar fielmente o contrato de acordo com a Lei Nº 14.133/2021;
- 19.2 Cumprir com as normas previstas no Projeto Básico, bem como no instrumento convocatório e contratual;
- 19.3 Cumprir com os prazos estabelecidos no cronograma, de modo que, os serviços sejam inteiramente concluídos e acabados na data prevista para recebimento da etapa;
- 19.4 Ser responsável pela execução de todos os serviços contidos na planilha orçamentária, em cumprimento aos termos deste Projeto Básico;
- 19.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Projeto Básico, bem como no Instrumento convocatório e seus anexos;
- 19.6 Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações trabalhistas, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 19.7 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;
- 19.8 Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, quando praticada por seus empregados na execução dos serviços contratados;



- 19.9 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 19.10 Dispor de técnicos com experiência em serviços e obras similares aos serviços contratados e que os mesmos estejam presentes na obra;
- 19.11 A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá, nem reduzirá, essa responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento da CONTRATANTE;
- 19.12 Cumprir todas as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, e diligenciar para que seus empregados e eventuais subcontratados efetuem os trabalhos utilizando todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). A CONTRATANTE poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação ocorrerá por conta da CONTRATADA, mantendo-se inalterados os prazos contratuais;
- 19.13 Manter seus funcionários (equipe de trabalho) devidamente fardados, com vestimentas compatíveis com os serviços a serem executados;
- 19.14 Apresentar à Fiscalização cópia do registro da ART de execução da obra junto ao CREA;
- 19.15 Submeter à Fiscalização, sempre que solicitado, as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços ANTES DA SUA EXECUÇÃO;
- 19.16 Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;
- 19.17 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 19.18 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;



- 19.19 Obedecer a todas as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) referentes a execução de obras, em especial as relativas à execução e recuperação de estruturas metálicas, acessibilidade, instalações prediais, cobertura metálica, alvenaria, pinturas, sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, entre outras;
- 19.20 Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem atender aos padrões especificados e às normas da ABNT;
- 19.21 Após o recebimento provisório da obra, e até o seu recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá se responsabilizar por sanar todas as imperfeições detectadas pela Fiscalização;
- 19.22 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 19.23 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 19.24 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução da obra, objeto da contratação, tais como: materiais, salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, indenizações, vale-refeição, vale-transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, e quaisquer outras pertinentes ao bom desempenho da obra, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;
- 19.25 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



- 19.26 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, conforme art. 119 da Lei nº 14.133/2021;
- 19.27 Responder, sempre que solicitado ou exigido pelo órgão ambiental competente, informações completas sobre o licenciamento ambiental da obra, sobre os resíduos produzidos na realização dos serviços, seu transporte e disposição final dos mesmos;
- 19.28 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010;
- 19.29 Cumprir com as determinações da Matriz de Risco do contrato.

20 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE terá, dentre outras cláusulas previstas nos instrumentos legais, as seguintes obrigações:

- 20.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 20.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;
- 20.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 20.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 20.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;



- 20.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021;
- 20.7 Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Garanhuns para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 20.8 Dar prosseguimento aos procedimentos internos visando à aplicação de penalidades previstas em Contrato, bem como efetuar notificações/advertência, quando necessário;
- 20.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 20.10 A Administração terá o prazo de 10(dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 20.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 20.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 20.13 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 20.14 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 20.15 Paralisar e/ou suspender a qualquer tempo o serviço, de forma parcial e/ou total, sempre que houver descumprimento das normas preestabelecidas neste Projeto Básico, instrumento convocatório e contratual;
- 20.16 Emitir a Ordem de Serviço para início da execução das obras;
- 20.17 Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus trabalhos dentro das normas deste Projeto Básico, instrumento convocatório e seus anexos, bem como no instrumento contratual;



- 20.18 Fornecer todos os projetos executivos, especificações e instrumentos complementares, suficientes e necessários para a execução dos serviços;
- 20.19 Acompanhar e fiscalizar o serviço objeto deste Projeto Básico, aprovar o pagamento dos eventos, bem como recusar quaisquer serviços que difiram dos padrões exigidos;
- 20.20 Efetuar o pagamento dos serviços na forma e prazo previstos, mediante a apresentação dos documentos pela CONTRATADA para prática de tal ato;
- 20.21 Aceitar, para fins de pagamento, os serviços bem executados e rejeitar os serviços que não estejam de acordo com as especificações de projeto, exigindo da CONTRATADA a substituição, reparo ou nova execução daquilo que for rejeitado;
- 20.22 Paralisar e/ou suspender a qualquer tempo, a execução dos serviços, de forma parcial e/ou total, sempre que houver descumprimento das normas pré-estabelecidas no instrumento contratual;
- 20.23 Recusar quaisquer serviços que difiram dos padrões exigidos;
- 20.24 Decidir dentro dos limites de suas atribuições, as questões que forem levantadas em campo durante o andamento dos serviços;
- 20.25 Controlar a execução dos trabalhos, verificando se o pessoal, equipamentos e ferramentas são adequados à realização dos serviços contratados;
- 20.26 Fiscalizar a execução dos serviços, determinando o que for necessário para regularizar as falhas ou defeitos observados, submetendo à autoridade competente o que ultrapassar a sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes;
- 20.27 Dar prosseguimento aos procedimentos internos visando à aplicação de penalidades previstas em Contrato, bem como efetuar notificações/advertência, quando necessário;
- 20.28 Observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas pela CONTRATADA todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 20.29 Inspecionar todos os materiais utilizados pela CONTRATADA para execução da obra;
- 20.30 Apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATADA, detalhes e/ou especificações adicionais que porventura se fizerem necessários;



20.31 Verificada a ocorrência de alteração do cronograma da obra, conforme o disposto no § 5º do art. 115 da Lei Nº 14.133/2021, por mais de 01 (um) mês, a Administração deverá divulgar, no site eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra, o aviso público de obra paralisada, o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.

21 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

21.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

21.2 A fiscalização técnica da obra ficará a cargo do servidor SANDRO WLAUDEMIR DE OLIVEIRA GOMES CREA-PE 22,127-D , designado pela Prefeitura Municipal. O mesmo deverá gerar a ART de fiscalização após a contratação do objeto;

21.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

21.4 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) fiscal do contrato, representante da Administração especialmente designado (conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal Nº 14.133/2021) ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

22 DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

22.1 Para realização do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar:

22.1.1 Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica;

22.1.2 Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

22.1.3 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;



22.1.4 Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

22.1.5 Emissão de Certidão de Regularidade Fiscal (Estadual);

22.1.6 Emissão de Certidão de Regularidade Fiscal (Municipal);

22.2 As certidões estaduais e municipais devem ser emitidas no estado e cidade em que a nota fiscal/fatura foi emitida;

22.3 Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que inviabilize seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização;

22.4 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto existirem pendências de serviços a serem executados.

22.5 Todos os serviços, objeto deste Projeto Básico, deverão ser medidos através de Boletins de Medição composto de: Planilha de Medição, Memória de Cálculo e Relatório Fotográfico devidamente vistoriado e aprovado pelo Fiscal definido pela Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos;

22.6 As medições deverão ocorrer em até 30 (trinta) dias, conforme a prestação dos serviços e mediante apresentação de Nota Fiscal atestada pelo Fiscal da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos e acompanhada do recibo e comprovações da prestação dos serviços;

22.7 No que concerne ao item de administração local, serão realizados pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar de pagamento para esse item um valor mensal fixo, evitando-se assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual;

23 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DA OBRA

23.1 Caberá ao contratado optar por uma das modalidades de garantia previstas no § 1º do art. 96, da Lei Nº 14.133/2021;



- 23.2 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração;
- 23.3 A garantia será de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme art. 98 da Lei Nº 14.133/2021;
- 23.4 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, em conformidade com o art. 100 da Lei Nº 14.133/2021.

24 DO RECEBIMENTO DA OBRA

- 24.1 Após a conclusão do objeto contratual, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE para que esta receba provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação;
- 24.2 Sendo constatado pela Fiscalização a não conclusão integral da obra, volta-se a fluir o prazo legal para conclusão dos serviços;
- 24.3 O recebimento definitivo da obra se fará por servidor ou comissão designada pela Administração, mediante termo circunstanciado (Termo de Recebimento Definitivo da Obra), no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório, após satisfeitas todas as condições estabelecidas;
- 24.4 O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior estabelecido em normas técnicas brasileira vigentes, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias;
- 24.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional



pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, conforme art. 140, §2º, da Lei nº 14.133/2021;

25 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou o contratado poderão ser responsabilizados administrativamente, no que couber, pelas infrações previstas no art. 155 da Lei Nº 14.133/2021, sendo aplicado ao responsável as sanções previstas nos artigos 156 e 162 da mesma Lei, podendo o ente público, ainda, se julgar conveniente, extinguir o contrato e adotar medidas para a continuidade da execução contratual.

26 DA RESCISÃO CONTRATUAL

Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no art. 137 da Lei Nº 14.133/2021.

27 DA LICENÇA AMBIENTAL

27.1 A empresa vencedora do processo licitatório deverá seguir os preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 12.305/10, Política Estadual de Resíduos Sólidos - Lei nº 14.236/10 e da Resolução CONAMA 307/2022, além das demais legislações vigentes e pertinentes à questão de resíduos sólidos;

27.2 Os resíduos gerados na referida obra (exceto Classe D), deverão ser transportados ao Aterro Sanitário licenciado pelo município, cuja finalidade é garantir a disposição correta dos resíduos que não puderam ser reciclados, de modo que os descartes não causem danos à saúde pública ou ao meio ambiente. O aterro está localizado as margens da BR-424, Distrito de São Pedro, em Garanhuns - PE;

27.3 Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender as diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE;



27.4 A qualquer tempo o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

28 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Em casos omissos neste Projeto Básico, devem ser observadas as determinações constantes no Edital e também os previstos na legislação vigente, principalmente a Lei Federal Nº 14.133/2021.

São João, 01 de abril de 2026.

Elaboração do Projeto Básico:

Sandro Wlaudemyr de Oliveira Gomes

Engenheiro Civil - CREA-PE 22,127-D

**JOSE WILSON
FERREIRA DE
LIMA:62365851
487**

Assinado de forma
digital por JOSE
WILSON FERREIRA DE
LIMA:62365851487
Dados: 2026.04.01
17:36:41 -03'00'

Aprovação do Projeto Básico:

José Wilson Ferreira de Lima

Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO - PE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENGENHARIA

**OBRA: CONSTRUÇÃO DE UM MURO PARA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO JOSÉ
NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO - PE.**

BDI: 19,21%

LOCALIZAÇÃO:	CEMETERIO MUNICIPAL SAO JOSE BAIRRO PLANALTO SÃO JOÃO - PE	TABELA REFERÊNCIA:	SINAPI NÃO DESONERADA FEV/2026
---------------------	--	-------------------------------	-----------------------------------

DETALHAMENTO DO ORÇAMENTO BASE

ITEM	CÓDIGO	REF.	DISCRIMINAÇÃO	UD.	QUANT.	VALOR UNIT. S/ BDI	VALOR UNIT. C/ BDI	TOTAL
1.0			SERVIÇOS PRELIMINARES					3.352,92
1.1	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022 PS	m ²	6,00	468,77	558,82	3.352,92
2.0			MOVIMENTO DE TERRA					10.026,03
2.1	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m ³	73,34	95,92	114,34	8.385,69
2.2	96995	SINAPI	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE. AF_10/2017	m ³	23,66	58,16	69,33	1.640,34
3.0			INFRAESTRUTURA					24.668,74
3.1	96619	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	m ²	66,80	44,71	53,29	3.559,77
3.2	103363	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 19X19X29 CM (ESPESSURA 19 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	m ²	91,37	96,26	114,75	10.484,70
3.3	92443	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 18 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	m ²	15,60	54,16	64,56	1.007,13

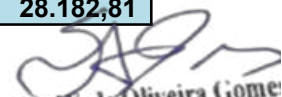
Sandro W. de Oliveira Gomes

Engenheiro Civil

11.11.117 D



3.4	104918	SINAPI	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	215,69	13,81	16,46	3.550,25
5	103672	SINAPI	CONCRETAGEM DE SAPATAS, PILARES E VIGAS, FCK = 25 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS	m³	7,43	684,96	816,54	6.066,89
4.0			SUPERESTRUTURA					60.237,18
4.1	92443	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 18 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	m²	62,40	54,16	64,56	4.028,54
4.2	96536	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	m²	94,60	76,45	91,13	8.620,89
4.3	92759	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	249,99	13,76	16,40	4.099,83
4.4	92761	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	373,66	11,74	13,99	5.227,50
4.5	92762	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	490,87	10,37	12,36	6.067,15
4.6	103672	SINAPI	CONCRETAGEM DE SAPATAS, PILARES E VIGAS, FCK = 25 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS	m³	7,55	684,96	816,54	6.164,87
4.7	103322	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m²	396,05	55,13	65,72	26.028,40
5.0			REVESTIMENTO					28.182,81


Sandro W. de Oliveira Gome
Engenheiro Civil
11.11.117 D



5.1	87878	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	m ²	745,38	5,51	6,56	4.889,69
2	87553	SINAPI	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M ² , E = 10MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	m ²	745,38	26,22	31,25	23.293,12
TOTAL GERAL							126.467,68	

Referência: Os preços Unitários foram retirados da tabela Sinapi – Sistema nacional de pesquisas de custos e índices da construção civil - e as composições unitárias encontram-se no site www.caixa.gov.br, não desonerado, referencial Fevereiro / 2026. Para os itens cujos serviços não se encontravam nas tabelas de referências foram feitas composições unitárias de preços, baseados nos coeficientes extraídos das composições da tabela SINAPI e fazendo a atualização dos preços para a tabela de orçamento.

BDI incluso de 19,21%(Dezenove virgula vinte e um por cento)


Sandro W. de Oliveira Gomes
Engenheiro Civil
11.11.117 D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENGENHARIA

BRA: CONSTRUÇÃO DE UM MURO PARA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO JOSÉ NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO - PE.

OCAL: SÃO JOÃO - PE

SERVIÇOS PRELIMINARES											
					comp.	largura	altura	quant.	coef.	desc.	total
1.1	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m ²							
			PLACA DE OBRA - CONSTRUÇÃO DE UM MURO PARA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO JOSÉ NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO - PE.		3,00	2,00					6,00
											-
										TOTAL	6,00
MOVIMENTO DE TERRA											
					comp.	largura	altura	quant.	coef.	desc.	total
2			MOVIMENTO DE TERRA								
2.1	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m ³							
		V. BALDRAME	MURO - TRECHO A		13,41	0,40	0,60				3,22
		V. BALDRAME	MURO - TRECHO B		17,34	0,40	0,60				4,16
		V. BALDRAME	MURO - TRECHO C		44,65	0,40	0,60				10,72
		V. BALDRAME	MURO - TRECHO D		47,45	0,40	0,60				11,39
		V. BALDRAME	MURO - TRECHO E		40,00	0,40	0,60				9,60
		V. BALDRAME	MURO - TRECHO F		60,30	0,40	0,60				14,47
		V. BALDRAME	MURO - TRECHO G		13,35	0,40	0,60				3,20
		SAPATA	MURO - TRECHO A		0,50	0,50	0,85	5,00			1,06
		SAPATA	MURO - TRECHO B		0,50	0,50	0,85	7,00			1,49
		SAPATA	MURO - TRECHO C		0,50	0,50	0,85	13,00			2,76
		SAPATA	MURO - TRECHO D		0,50	0,50	0,85	16,00			3,40
		SAPATA	MURO - TRECHO E		0,50	0,50	0,85	12,00			2,55
		SAPATA	MURO - TRECHO F		0,50	0,50	0,85	19,00			4,04
		SAPATA	MURO - TRECHO G		0,50	0,50	0,85	6,00			1,28
										TOTAL	73,34
2.2	96995	SINAPI	REATERRO MANUAL APOIADO COM SOQUETE. AF_10/2017	m ³							
			MURO - TRECHO A		13,41	0,20	0,50				1,34
			MURO - TRECHO B		17,34	0,20	0,50				1,73
			MURO - TRECHO C		44,65	0,20	0,50				4,47
			MURO - TRECHO D		47,45	0,20	0,50				4,75
			MURO - TRECHO E		40,00	0,20	0,50				4,00
			MURO - TRECHO F		60,30	0,20	0,50				6,03
			MURO - TRECHO G		13,35	0,20	0,50				1,34
										TOTAL	23,66
INFRAESTRUTURA											
					comp.	largura	altura	quant.	coef.	desc.	total
3			INFRAESTRUTURA								
3.1	96619	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	m ²							
			MURO - TRECHO A		13,41	0,20					2,68
			MURO - TRECHO B		17,34	0,20					3,47
			MURO - TRECHO C		44,65	0,20					8,93
			MURO - TRECHO D		47,45	0,20					9,49
			MURO - TRECHO E		40,00	0,20					8,00


 Sandro W. de Oliveira Gome
 Engenheiro Civil
 00 00 000 00






			MURO - TRECHO F		60,30	0,20					12,06
			MURO - TRECHO G		13,35	0,20					2,67
			SAPATAS - TRECHO A		0,50	0,50	5,00				1,25
			SAPATAS - TRECHO B		0,50	0,50	7,00				1,75
			SAPATAS - TRECHO C		0,50	0,50	13,00				3,25
			SAPATAS - TRECHO D		0,50	0,50	16,00				4,00
			SAPATAS - TRECHO E		0,50	0,50	12,00				3,00
			SAPATAS - TRECHO F		0,50	0,50	19,00				4,75
			SAPATAS - TRECHO G		0,50	0,50	6,00				1,50
										TOTAL	66,80
3.2	103363	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 19X19X29 CM (ESPESSURA 19 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	m ²	comp.	largura	altura	quant.	coef.	desc.	total
		INFRA	MURO - TRECHO A	5,00	13,41		0,45			0,45	5,58
		INFRA	MURO - TRECHO B	7,00	17,34		0,45			1,40	6,40
		INFRA	MURO - TRECHO C	13,00	44,65		0,45			2,60	17,49
		INFRA	MURO - TRECHO D	16,00	47,45		0,45			3,20	18,15
		INFRA	MURO - TRECHO E	12,00	40,00		0,45			2,40	15,60
		INFRA	MURO - TRECHO F	19,00	60,30		0,45			3,80	23,34
		INFRA	MURO - TRECHO G	6,00	13,35		0,45			1,20	4,81
										TOTAL	91,37
3.3	92443	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 18 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	m ²	comp.	largura	altura	quant.	coef.	desc.	total
		PILAR INFRA	MURO - TRECHO A		0,20	0,20	0,50	5,00			1,00
		PILAR INFRA	MURO - TRECHO B		0,20	0,20	0,50	7,00			1,40
		PILAR INFRA	MURO - TRECHO C		0,20	0,20	0,50	13,00			2,60
		PILAR INFRA	MURO - TRECHO D		0,20	0,20	0,50	16,00			3,20
		PILAR INFRA	MURO - TRECHO E		0,20	0,20	0,50	12,00			2,40
		PILAR INFRA	MURO - TRECHO F		0,20	0,20	0,50	19,00			3,80
		PILAR INFRA	MURO - TRECHO G		0,20	0,20	0,50	6,00			1,20
										TOTAL	15,60
3.4	104918	SINAPI	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8.0 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	comp.	largura	altura	quant.	KG/M	desc.	total
		SAPATA	MURO - TRECHO A (10 barras 8,0mm C=0,7m c/8cm)		7,00			5,00	0,395		13,83
		SAPATA	MURO - TRECHO B (10 barras 8,0mm C=0,7m c/8cm)		7,00			7,00	0,395		19,36
		SAPATA	MURO - TRECHO C (10 barras 8,0mm C=0,7m c/8cm)		7,00			13,00	0,395		35,95
		SAPATA	MURO - TRECHO D (10 barras 8,0mm C=0,7m c/8cm)		7,00			16,00	0,395		44,24
		SAPATA	MURO - TRECHO E (10 barras 8,0mm C=0,7m c/8cm)		7,00			12,00	0,395		33,18
		SAPATA	MURO - TRECHO F (10 barras 8,0mm C=0,7m c/8cm)		7,00			19,00	0,395		52,54
		SAPATA	MURO - TRECHO G (10 barras 8,0mm C=0,7m c/8cm)		7,00			6,00	0,395		16,59
										TOTAL	215,69
3.5	103672	SINAPI	CONCRETAGEM DE SAPATAS, PILARES E VIGAS, FCK = 25 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022 PS	m ³	comp.	largura	altura	quant.	coef.	desc.	total
		SAPATA	MURO - TRECHO A		0,50	0,50	0,30	5,00			0,38
		SAPATA	MURO - TRECHO B		0,50	0,50	0,30	7,00			0,53
		SAPATA	MURO - TRECHO C		0,50	0,50	0,30	13,00			0,98

Sandro W. de Oliveira Gome
Engenheiro Civil
02 33 127 D



		SAPATA	MURO - TRECHO D			0,50	0,50	0,30	16,00			1,20
		SAPATA	MURO - TRECHO E			0,50	0,50	0,30	12,00			0,90
		SAPATA	MURO - TRECHO F			0,50	0,50	0,30	19,00			1,43
		SAPATA	MURO - TRECHO G			0,50	0,50	0,30	6,00			0,45
		PILAR INFRA	MURO - TRECHO A			0,20	0,20	0,50	5,00			0,10
		PILAR INFRA	MURO - TRECHO B			0,20	0,20	0,50	7,00			0,14
		PILAR INFRA	MURO - TRECHO C			0,20	0,20	0,50	13,00			0,26
		PILAR INFRA	MURO - TRECHO D			0,20	0,20	0,50	16,00			0,32
		PILAR INFRA	MURO - TRECHO E			0,20	0,20	0,50	12,00			0,24
		PILAR INFRA	MURO - TRECHO F			0,20	0,20	0,50	19,00			0,38
		PILAR INFRA	MURO - TRECHO G			0,20	0,20	0,50	6,00			0,12
											TOTAL	7,43
4			SUPERESTRUTURA									
4.1	92443	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 18 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	m²	comp.	largura	altura	quant.	coef.	desc.	total	
		PILAR SUPER	MURO - TRECHO A		0,20		2,00	5,00	2,00		4,00	
		PILAR SUPER	MURO - TRECHO B		0,20		2,00	7,00	2,00		5,60	
		PILAR SUPER	MURO - TRECHO C		0,20		2,00	13,00	2,00		10,40	
		PILAR SUPER	MURO - TRECHO D		0,20		2,00	16,00	2,00		12,80	
		PILAR SUPER	MURO - TRECHO E		0,20		2,00	12,00	2,00		9,60	
		PILAR SUPER	MURO - TRECHO F		0,20		2,00	19,00	2,00		15,20	
		PILAR SUPER	MURO - TRECHO G		0,20		2,00	6,00	2,00		4,80	
											TOTAL	62,40
4.2	96536	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	m²	comp.	largura	altura	quant.	coef.	desc.	total	
		V. SUPERIOR	MURO - TRECHO A		13,41		0,20	2,00			5,36	
		V. SUPERIOR	MURO - TRECHO B		17,34		0,20	2,00			6,94	
		V. SUPERIOR	MURO - TRECHO C		44,65		0,20	2,00			17,86	
		V. SUPERIOR	MURO - TRECHO D		47,45		0,20	2,00			18,98	
		V. SUPERIOR	MURO - TRECHO E		40,00		0,20	2,00			16,00	
		V. SUPERIOR	MURO - TRECHO F		60,30		0,20	2,00			24,12	
		V. SUPERIOR	MURO - TRECHO G		13,35		0,20	2,00			5,34	
											TOTAL	94,60
4.3	92759	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	comp.	largura	altura	quant.	KG/M	desc.	total	
		VIGA	MURO - TRECHO A (C=58cm c/ 15cm - estribo 7x17)	13,41	0,58			89,37	0,154		7,98	
		VIGA	MURO - TRECHO B (C=58cm c/ 15cm - estribo 7x17)	17,34	0,58			115,60	0,154		10,33	
		VIGA	MURO - TRECHO C (C=58cm c/ 15cm - estribo 7x17)	44,65	0,58			297,67	0,154		26,59	
		VIGA	MURO - TRECHO D (C=58cm c/ 15cm - estribo 7x17)	47,45	0,58			316,33	0,154		28,25	
		VIGA	MURO - TRECHO E (C=58cm c/ 15cm - estribo 7x17)	40,00	0,58			266,67	0,154		23,82	
		VIGA	MURO - TRECHO F (C=58cm c/ 15cm - estribo 7x17)	60,30	0,58			402,00	0,154		35,91	
		VIGA	MURO - TRECHO G (C=58cm c/ 15cm - estribo 7x17)	13,35	0,58			89,00	0,154		7,95	
		PILAR	MURO - TRECHO A (C=58cm c/ 15cm - estribo 7x17)	5,00	0,58			78,33	0,154		7,00	
		PILAR	MURO - TRECHO B (C=58cm c/ 15cm - estribo 7x17)	7,00	0,58			109,67	0,154		9,80	
		PILAR	MURO - TRECHO C (C=58cm c/ 15cm - estribo 7x17)	13,00	0,58			203,67	0,154		18,19	


Sandro W. de Oliveira Gome
Engenheiro Civil
00 00 00 00



		PILAR	MURO - TRECHO D (C=58cm c/ 15cm - estribo 7x17)	16,00	0,58			250,67	0,154		22,39
		PILAR	MURO - TRECHO E (C=58cm c/ 15cm - estribo 7x17)	12,00	0,58			188,00	0,154		16,79
		PILAR	MURO - TRECHO F (C=58cm c/ 15cm - estribo 7x17)	19,00	0,58			297,67	0,154		26,59
		PILAR	MURO - TRECHO G (C=58cm c/ 15cm - estribo 7x17)	6,00	0,58			94,00	0,154		8,40
										TOTAL	249,99
4	92761	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF 06/2022	KG	comp.	largura	altura	quant.	KG/M	desc.	total
		VIGA	MURO - TRECHO A		13,41			4,00	0,395		21,18
		VIGA	MURO - TRECHO B		17,34			4,00	0,395		27,40
		VIGA	MURO - TRECHO C		44,65			4,00	0,395		70,55
		VIGA	MURO - TRECHO D		47,45			4,00	0,395		74,97
		VIGA	MURO - TRECHO E		40,00			4,00	0,395		63,20
		VIGA	MURO - TRECHO F		60,30			4,00	0,395		95,27
		VIGA	MURO - TRECHO G		13,35			4,00	0,395		21,09
										TOTAL	373,66
4.5	92762	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF 06/2022	KG	comp.	largura	altura	quant.	KG/M	desc.	total
		PILAR T	MURO - TRECHO A	5,00	2,55			20,00	0,617		31,47
		PILAR T	MURO - TRECHO B	7,00	2,55			28,00	0,617		44,05
		PILAR T	MURO - TRECHO C	13,00	2,55			52,00	0,617		81,81
		PILAR T	MURO - TRECHO D	16,00	2,55			64,00	0,617		100,69
		PILAR T	MURO - TRECHO E	12,00	2,55			48,00	0,617		75,52
		PILAR T	MURO - TRECHO F	19,00	2,55			76,00	0,617		119,57
		PILAR T	MURO - TRECHO G	6,00	2,55			24,00	0,617		37,76
										TOTAL	490,87
4.6	103672	SINAPI	CONCRETAGEM DE SAPATAS, PILARES E VIGAS, FCK = 25 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF 02/2022 PS	m³	comp.	largura	altura	quant.	coef.	desc.	total
		PILAR	MURO - TRECHO A		0,20	0,10	1,80	5,00			0,18
		PILAR	MURO - TRECHO B		0,20	0,10	1,80	7,00			0,25
		PILAR	MURO - TRECHO C		0,20	0,10	1,80	13,00			0,47
		PILAR	MURO - TRECHO D		0,20	0,10	1,80	16,00			0,58
		PILAR	MURO - TRECHO E		0,20	0,10	1,80	12,00			0,43
		PILAR	MURO - TRECHO F		0,20	0,10	1,80	19,00			0,68
		PILAR	MURO - TRECHO G		0,20	0,10	1,80	6,00			0,22
		V. SUPERIOR	MURO - TRECHO A		0,20	0,10		13,41			0,27
		V. SUPERIOR	MURO - TRECHO B		0,20	0,10		17,34			0,35
		V. SUPERIOR	MURO - TRECHO C		0,20	0,10		44,65			0,89
		V. SUPERIOR	MURO - TRECHO D		0,20	0,10		47,45			0,95
		V. SUPERIOR	MURO - TRECHO E		0,20	0,10		40,00			0,80
		V. SUPERIOR	MURO - TRECHO F		0,20	0,10		60,30			1,21
		V. SUPERIOR	MURO - TRECHO G		0,20	0,10		13,35			0,27
										TOTAL	7,55
4.7	103322	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39 CM (ESPESURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF 12/2021	m²	comp.	largura	altura	quant.	coef.	desc.	total
		SUPER	MURO - TRECHO A	5,00	13,41		1,80			1,90	22,23

Sandro W. de Oliveira Gomes
Engenheiro Civil
02 33 127 13



		SUPER	MURO - TRECHO B	7,00	17,34		1,80			2,66	28,55
		SUPER	MURO - TRECHO C	13,00	44,65		1,80			4,94	75,43
		SUPER	MURO - TRECHO D	16,00	47,45		1,80			6,08	79,33
		SUPER	MURO - TRECHO E	12,00	40,00		1,80			4,56	67,44
		SUPER	MURO - TRECHO F	19,00	60,30		1,80			7,22	101,32
		SUPER	MURO - TRECHO G	6,00	13,35		1,80			2,28	21,75
										TOTAL	396,05
			REVESTIMENTO								
5.1	87878	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	m ²	comp.	largura	altura	quant.	coef.	desc.	total
			MURO - TRECHO A		13,41		2,00	2,00			53,62
			MURO - TRECHO B		17,34		2,00	2,00			69,36
			MURO - TRECHO C		44,65		2,00	2,00			178,60
			MURO - TRECHO D		47,45		2,00	2,00			189,80
			MURO - TRECHO E		40,00		2,00	1,00			80,00
			MURO - TRECHO F		60,30		2,00	1,00			120,60
			MURO - TRECHO G		13,35		2,00	2,00			53,40
										TOTAL	745,38
5.2	87553	SINAPI	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	m ²	comp.	largura	altura	quant.	coef.	desc.	total
			MURO - TRECHO A		13,41		2,00	2,00			53,62
			MURO - TRECHO B		17,34		2,00	2,00			69,36
			MURO - TRECHO C		44,65		2,00	2,00			178,60
			MURO - TRECHO D		47,45		2,00	2,00			189,80
			MURO - TRECHO E		40,00		2,00	1,00			80,00
			MURO - TRECHO F		60,30		2,00	1,00			120,60
			MURO - TRECHO G		13,35		2,00	2,00			53,40
										TOTAL	745,38

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO - PE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENGENHARIA

**OBRA: CONSTRUÇÃO DE UM MURO PARA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO JOSÉ NO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO - PE.**

BDI: 19,21%

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO - NÃO DESONERADO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	FINANCEIRO	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	TOTAL
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 3.352,92	100,00%			100,00%
			3.352,92	-	-	R\$ 3.352,92
2.0	MOVIMENTO DE TERRA	R\$ 10.026,03	70,00%	30,00%		100,00%
			7.018,22	3.007,81	-	R\$ 10.026,03
3.0	INFRAESTRUTURA	R\$ 24.668,74	40,00%	60,00%		100,00%
			9.867,50	14.801,24	-	R\$ 24.668,74
4.0	SUPERESTRUTURA	R\$ 60.237,18		60,00%	40,00%	100,00%
			-	36.142,31	24.094,87	R\$ 60.237,18
5.0	REVESTIMENTO	R\$ 28.182,81			100,00%	100,00%
			-	-	28.182,81	R\$ 28.182,81
TOTAL R\$		R\$ 126.467,68				
VALOR MENSAL R\$			20.238,64	53.951,36	52.277,68	126.467,68
PERCENTUAL MENSAL %			16,00%	42,66%	41,34%	
VALOR ACUMULADO R\$			R\$ 20.238,64	R\$ 74.190,00	R\$ 126.467,68	
PERCENTUAL ACUMULADO %			16,00%	58,66%	100,00%	


 Sandro W. de Oliveira Gomes
 Engenheiro Civil
 CREA - PE 22.127 D